

## EDUCAÇÃO E MEMÓRIA: QUEM CONTA A NOSSA HISTÓRIA?

JOSILANE SODRÉ DA CONCEIÇÃO PIMENTEL<sup>1</sup>

GEIZA ARAUJO DANTAS DA SILVA<sup>2</sup>

SANDOVAL JESUS SANTOS<sup>3</sup>

CARLA SILVA SOARES<sup>4</sup>

ALINE SANTANA DOS SANTOS<sup>5</sup>

Após muitos anos de formação entre educação fundamental, ensino médio e graduação nós paramos e nos perguntamos: por que não conhecemos as produções acadêmicas de autoras e autores negros? Por que nunca vimos os seus nomes serem citados pelos nossos professores? Por que mesmo após tantas dificuldades conseguimos chegar no ensino superior e ainda assim não conseguimos compreender as questões raciais que nos atravessam? Frente a tais inquietações e cert@s da necessidade de resgatar conhecimento negado e invisibilizado nos encontramos na acadêmica dispost@s a nadar contra a correnteza, pois percebemos que as respostas que tínhamos foram dadas a perguntas erradas (REIS, 1998). A falta que nos damos conta só agora deriva de um racismo estrutural, que é o resultado de um processo de elaborações intelectuais que ganharam status de ciência com base em teorias racistas (ALMEIDA, 2021). Podemos identificar nas produções de Beatriz Nascimento, autora invisibilizada no ambiente acadêmico e cujas obras não são nem consideradas como acadêmicas (RATTS, 2006), a denúncia de uma história mal contada e que não narra os passados afro-brasileiros sob uma perspectiva negra. Léllia Gonzalez (1984) nos alerta, como o processo de colonização tenta apagar a nossa história e ocultar a nossa memória. Este cenário vem ganhando resistência com a política de cotas raciais, e das leis 10.639/03 e 11.465/08, que obrigam o ensino de história africana e afro-brasileira e indígena, mas entre as paredes das instituições de ensino ainda existe um bloqueio epistemológico enorme, em que ementas e planos de curso estão engessados em teorias eurocêntricas e uma educação fora da realidade da população negra brasileira, sustentando a desigualdade racial. Educar é um processo constante de ação e reflexão experienciada pelo ser humano, uma forma de intervenção no mundo que “além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da

<sup>1</sup> Psicóloga, Pós-Graduada em Clínica Fenomenológica Existencial – NUCAFE e integrante da Liga Acadêmica Antirracismo e interseccionalidades (LAAI) - Centro Universitário Maurício de Nassau UNINASSAU - Salvador, brasileira, josilanescp@gmail.com

<sup>2</sup> Discente do Curso de Psicologia e integrante da Liga Acadêmica Antirracismo e interseccionalidades (LAAI) Centro Universitário Maurício de Nassau UNINASSAU - Salvador, brasileira, geudantas1979@gmail.com

<sup>3</sup> Discente do Curso de Psicologia e integrante da Liga Acadêmica Antirracismo e interseccionalidades (LAAI) Centro Universitário Maurício de Nassau UNINASSAU - Salvador, brasileiro, sjs7416@gmail.com

<sup>4</sup> Doutora em Saúde Pública -UFBA e Mestra em Saúde Comunitária - UFBA, Docente Coordenadora da Liga Acadêmica Antirracismo e Interseccionalidades (LAAI) - Centro Universitário Maurício de Nassau UNINASSAU - Salvador, brasileira, carla.soares85@gmail.com

<sup>5</sup> Doutoranda em Estudos Étnicos e Africanos – UFBA, Mestra em Engenharia Civil e Ambiental – UEFS, Docente Orientadora Liga Acadêmica Antirracismo e Interseccionalidades (LAAI) Centro Universitário Maurício de Nassau UNINASSAU - Salvador, brasileira, linesantana.santos@gmail.com

ideologia dominante quanto o seu desmascaramento” (FREIRE, 2007, p.98). A inserção de ações étnico-raciais no projeto pedagógico das instituições de ensino, dentre outros objetivos, visa ampliar o debate sobre o racismo estrutural no Brasil. Pois, se no ambiente universitário a análise crítica não for estimulada, formaremos acadêmicos reprodutores de formas de dominação sem consciência de classe, gênero e etnia (hooks, 2019). Como traz Lima (2001, p.284) algumas perguntas precisam ser analisadas e principalmente discutidas no meio acadêmico como: “qual o lugar do negro como objeto e como agente reflexivo na academia brasileira? [...] Como tem sido instaurada a sua legitimação?”. As memórias precisam ser trazidas à tona nas salas, nos eventos acadêmicos e principalmente nas grades curriculares dos cursos (GONZALES, 1984), pois para se construir uma identidade fortalecida e reconhecida é necessário percorrer nossa historicidade, o que pressupõe que alguém a conte.

### REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Sívio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Editora Jandaíra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários para a prática educativa. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

hooks, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. Tradução: Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

LIMA, Ari. A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual?. **Afro-Ásia**, [S. l.], n. 25-26, 2017.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa oficial, 2006.

REIS, Elisa Pereira. **Processos e escolhas**: estudos de sociologia política. Rio de Janeiro: ContraCapa, 1998.